



RELATÓRIO ANUAL
DAS
DEMONSTRAÇÕES
REGULATÓRIAS
2023

Conteúdo

Relatório da Administração:

- Carta do Presidente
- A Empresa
- Estrutura Organizacional
- Governança Corporativa
- Estrutura e Ambiente da Prestação de Serviços
- Aspectos Operacionais
- Indicadores Sociais Externos
- Investimentos
- Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos
- Indicadores Sociais Internos
- Dimensão Econômica Financeira
- Indicadores econômicos
- Balço Social

Demonstrações Contábeis:

- Balço Patrimonial
- Demonstrativo do Resultado
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2023

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Campolarguense de Energia – Cocel, para a sociedade, colaboradores, investidores e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

Em 2023 os consumidores da Cocel foram diretamente impactados por algumas das mudanças na gestão da Companhia que vêm sendo realizadas nos últimos anos. A compra de energia é realizada em leilões do mercado livre desde 2019, proporcionando uma significativa redução das tarifas aplicadas. Desde 2022, os consumidores campolarguenses já pagavam pela energia a menor tarifa de todo o Paraná e em 2023 a tarifa da Cocel passou a ser a menor de todo o Brasil. Uma conquista para a Companhia e para todo o município.

A Cocel segue trabalhando para oferecer o melhor atendimento a todos os consumidores. O ano foi marcado por condições climáticas extremamente adversas que provocaram muitos danos à rede de distribuição, mas o atendimento de nossas equipes sempre foi realizado de forma rápida e eficaz. A Companhia investe em equipes, em qualificação de colaboradores para atuação em subestações com linha viva, em manutenções corretivas e preventivas buscando minimizar o risco de interrupções.

Cordialmente,

José Arlindo Lemos Chemin

Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão

“Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas”.

Visão

“Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade”.

Política da Qualidade

“Atender às diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, otimizando os serviços prestados para a satisfação dos consumidores internos e externos, melhorando continuamente e garantindo tratamento adequado às reclamações”. (ISO-9001)

Política da Qualidade no tratamento das reclamações

“Garantir aos consumidores a possibilidade de reclamar, disponibilizando as informações e recursos necessários, buscando a melhoria contínua para satisfazer ao reclamante, conforme a regulamentação pertinente”. (ISSO-10002)

Princípios e Valores

“A COCEL, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores “.

Organização e Gestão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 56 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

Perfil

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2012, conforme disposições da legislação, a Cocol manifestou seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos.

Em 2015, a Cocol renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015 por 30 anos. O Decreto nº 8.461, de 02/06/2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11.01.2013, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016.

Estrutura Organizacional

Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto atualmente por dez membros eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de dois anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto atualmente por cinco membros efetivos, eleitos por dois anos pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria e Compliance: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Através da Portaria nº 009/2019, de 01 de novembro de 2019, a diretoria Executiva da Companhia Campolarguense de Energia, tendo em vista a Resolução Normativa da Aneel nº 787 de 24/10/2017, redefiniu a Controladoria Interna, determinando que a função de Compliance fosse incorporada as responsabilidades da Controladoria, que passou a se chamar “Controladoria & Compliance”, visando assegurar em conjunto com as demais áreas da concessionária, a necessária adequação, fortalecimento e funcionamento do sistema de controles internos, procurando mitigar os riscos, em conformidade com as normas legais e regulatórias.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Auditoria Interna: Através da Ata 122ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, de 28 de outubro de 2016, com base na Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, em especial ao art. 9º, inciso III, § 3º, foi implementado a área denominada Auditoria Interna, a qual é vinculada diretamente ao Conselho de Administração, sendo responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

Governança Corporativa

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulado pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2023	2022
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Auditoria Externa

A COCEL tem como contratada a empresa BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S. S. – EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km² e população de 144.165 habitantes, segundo estimativa prévia do Censo Demográfico do IBGE de 2022.

Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

Desde que a Lei 13.709/2018 entrou em vigor, a Companhia vem se adaptando às mudanças impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados, no que tange a governança de dados pessoais dos consumidores, fornecedores, empregados e todas as partes envolvidas com a Cocel.

Foi iniciado o processo de adequação, para que a Companhia atenda à legislação e evite, assim, que a Cocel sofra sanções futuras. Em atendimento à LGPD, em outubro de 2020 a diretoria da Cocel expediu uma Portaria delegando funcionários da Companhia para formarem um grupo de estudos, visando a implementação das mudanças advindas da Lei 13.709. Em junho de 2021 foi nomeado o Encarregado de Dados da Companhia, por meio de Portaria expedida pela Diretoria Executiva da Cocel. Foi elaborada a Política de Privacidade, a qual consta devidamente disponibilizada no site da Cocel juntamente com o contato do Encarregado de Dados da Companhia, com vistas a facilitar a comunicação dos titulares de dados com a Companhia, no caso de alguma demanda envolvendo dados pessoais.

Atendimento aos consumidores

No ano de 2023 foram registrados 374.763 protocolos de atendimento – 9,37% a mais que no ano anterior.

Destes protocolos 68% foram realizados apenas nos canais virtuais.

Entre as solicitações mais frequentes, estão os pedidos de segunda via da conta de luz, pedidos de religação por corte, informação sobre falta de energia, pedidos de ligação nova e troca de titularidade.

Além disso, foram realizados 581 atendimentos itinerantes no interior do município.

A Cocel disponibiliza os seguintes canais de atendimento a seus consumidores:

- Presencial: realizado na sede da Companhia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30;
- Teleatendimento: ligação gratuita para 0800-7262121 (atendimento 24 horas todos os dias da semana) – A partir de 2023.
- Agência Virtual: disponível no site www.cocel.com.br;
- Aplicativo COCEL MOBILE: gratuito e disponível para sistemas operacionais Android e iOS;
- E-mail: atendimento@cocel.com.br – serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;
- SMS: para informar falta de energia basta enviar mensagem de celular para (41) 99106-9146 – serviço disponível 24 horas por dia.
- WhatsApp – (41) 99123-2121

Vale ressaltar que todos os processos da companhia são padronizados e o treinamento de equipes é contínuo, proporcionando mais agilidade no atendimento, minimizando o risco de erros e garantindo isonomia no tratamento a todos os consumidores.

Agentes Arrecadadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 25 agentes arrecadadores conveniados e contratados, como lotéricas e outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município. Em 2023 os clientes da Cocal passaram a ter a opção de realizar o pagamento das faturas também por pix. Enquanto o pagamento realizado em outros agentes arrecadadores pode demorar até dois dias úteis para ser compensado para a concessionária, com o pix a compensação ocorre em poucos minutos. O QR Code para pagamento por pix está disponível em todas as faturas da Cocal.

Ouvidoria: A Ouvidoria tem o objetivo de buscar a satisfação dos consumidores, fiscalizar o cumprimento da regulamentação vigente e ainda ser um canal de comunicação entre a concessionária e a ANEEL. Em 2023 a Ouvidoria tratou 115 manifestações de consumidores, entre solicitações de informações, denúncias, elogios, sugestões e reclamações. A Ouvidoria é parte integrante do Sistema de Gestão da Qualidade – tem seus processos padronizados e auditados conforme Sistema ISO 9001:2015 e suas atividades são regulamentadas pela Resolução ANEEL 1000/2021.

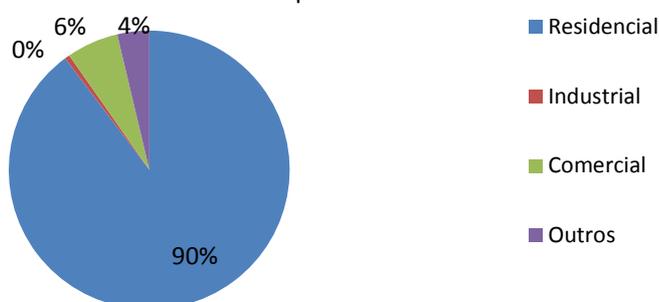
Aspectos Operacionais

Mercado de Energia Elétrica

Número de Consumidores: O ano de 2023 encerrou com o total de 51.836 unidades consumidoras cativas, sendo 29 consumidores Livres – adquirem energia em leilões. Foram realizadas 1.462 novas ligações. Destaque para a classe de consumo residencial, que representa 89,8% do número total de consumidores.

Classes	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	45.708	47.821	48.980	50.081	51.836
Industrial	391	383	368	343	322
Comercial	3.359	3.457	3.602	3.746	3.467
Rural	1.750	1.763	1.760	1.700	1.651
Poder Público	210	310	319	320	367
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	65	63	65	64	65
Consumo Próprio	3	3	3	3	3
Consumidores Livres especiais	14	15	19	21	29
Total	51.501	53.816	55.117	56.279	57.741
Variação	2,16%	4,50%	2,42%	2,11%	2,60%

Número de Consumidores por Classe

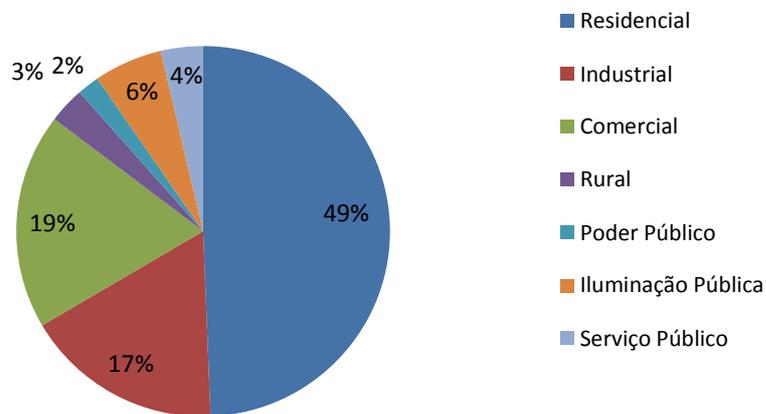


Mercado de Energia Vendida: (MWh)

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2023, totalizou 210.617 MWh. Um acréscimo de 5,22%, comparando com a energia faturada no ano de 2022, que totalizou 200.177 MWh.

Classes	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	83.342	88.375	91.854	94.605	103.889
Industrial	40.515	41.917	45.063	36.847	36.138
Comercial	39.552	35.832	36.347	39.256	39.621
Rural	6.666	6.792	6.778	6.369	6.611
Poder Público	3.302	2.847	3.092	3.672	4.004
Iluminação Pública	12.022	12.026	12.256	12.221	12.553
Serviço Público	6.391	6.601	6.405	7.074	7.655
Consumo Próprio	123	118	128	133	136
Total	191.913	194.508	201.923	200.177	210.617
Variação	-0,54%	1,35%	3,81%	-0,86%	5,22%

Consumo por Classe de Consumidores (GWh)



A energia requerida exclusivamente para atender nossos consumidores cativos ao longo do exercício de 2023 adquirida através de leilão e cotas reguladas pelo agente regulador - ANEEL, apresentou um acréscimo de 5,85%, passando de 222.230 MWh em 2022 para 235.216 MWh em 2023.

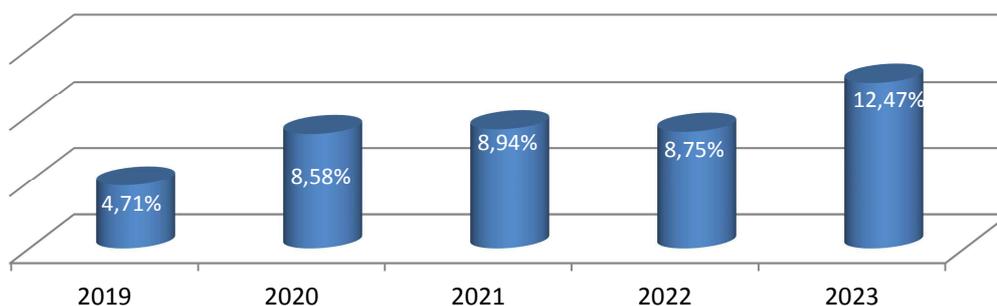
O consumo de energia dos consumidores livres foi de 139.547 MWh em 2023. Em 2022 foi de 147.212 MWh.

A geração distribuída, energia gerada pelos consumidores, atingiu 5.974 MWh em 2023, contra 3.673 MWh em 2022, acréscimo de 62,6%.

Balanco Energético

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 12,47%.

Perdas Totais



Energia Vendida: (R\$ mil) - bruta

Considera-se como energia vendida bruta, todos os valores cobrados em faturas. A redução no faturamento de 2022 foi em função das bandeiras tarifárias, principalmente a de escassez hídrica que deixou de ser cobrada a partir do mês de maio. Também teve o reflexo da redução do ICMS a partir de 23/06/2022 de 29% para 18%.

Classes	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	73.385	71.840	85.443	72.376	72.914
Industrial	28.927	27.530	35.310	26.841	23.151
Comercial	32.351	27.528	32.719	30.448	28.214
Rural	3.798	3.917	4.850	4.175	4.325
Poder Público	2.728	2.178	2.809	2.910	2.898
Iluminação Pública	6.140	5.706	7.243	5.712	5.119
Serviço Público	4.011	3.792	4.891	4.983	4.841
Total	151.340	142.491	173.265	147.445	141.462
Varição	0,31%	-5,85%	21,60%	-14,90%	-4,06%

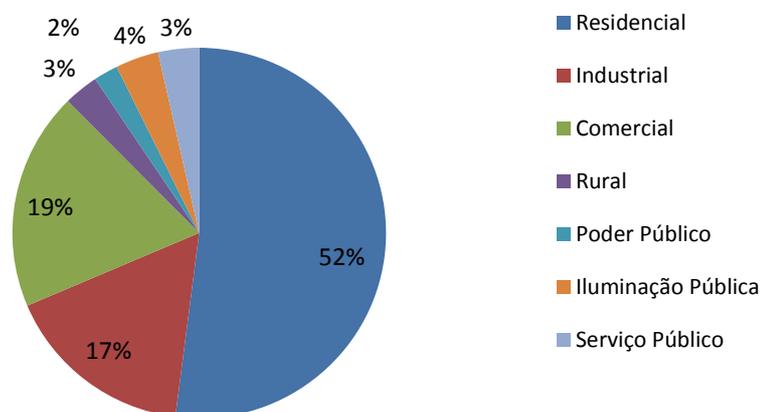
Disponibilização do Sistema de Distribuição – TUSD – Consumidores Livres - (R\$ mil)

Classes	2019	2020	2021	2022	2023
Industrial/Comercial	19.602	24.109	28.628	31.845	34.066
ICMS Substituição Tributária	8.242	9.128	10.992	9.191	6.081
Total	27.844	33.237	39.620	41.036	40.147
Varição	22,03%	19,37%	19,20%	3,57%	2,17%

Receita líquida de energia vendida - A receita decorrente de energia elétrica no exercício, líquida de ICMS e Cofins/Pasep/Pis, importou em R\$ 110.601 mil, conforme quadro a seguir:

Classes	2022	2023
Residencial	54.653	55.787
Industrial	20.300	17.763
Comercial	21.499	20.403
Rural	3.301	3.221
Poder Público	2.196	2.263
Iluminação Pública	4.284	3.998
Serviço Público	3.828	3.806
Total	110.061	107.241
Varição	-6,49%	-2,56%

Consumo por Classe de Consumidores - R\$



Tarifa Média

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em Dezembro de 2023, R\$ 509,50/MWh, representando um decréscimo de -7,39% em relação ao ano anterior.

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2022	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2023	Indicadores Sociais Extremos
Residencial	577,69	536,93	
Industrial	550,93	491,55	
Comercial	547,67	514,96	
Rural	518,31	487,22	
Poder Público	598,13	565,21	
Iluminação Pública	350,54	318,49	
Serviço Público	541,08	497,16	
Tarifa Média	550,18	509,50	

Qualidade Técnica do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC são medidos no Conjunto Campo Largo (CL) e no Conjunto Distrito Industrial de Campo Largo (DCL):

	2019	2020	2021	2022	2023
DEC – Conjunto CL – valor apurado	6,81	5,62	5,23	5,40	7,14
DEC – Conjunto CL – limite	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
DEC – Conjunto DCL – valor apurado	11,21	9,64	8,41	10,22	14,65
DEC – Conjunto DCL – limite	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
FEC – Conjunto CL – valor apurado	5,82	5,96	5,51	3,81	6,52
FEC – Conjunto CL – limite	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
FEC – Conjunto DCL – valor apurado	9,24	7,11	7,21	5,86	7,90
FEC – Conjunto DCL – limite	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00

Investimentos

Ao longo de 2023 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Investimentos	2022	2023
Obras de distribuição	12.078	7.939
Veículos	-	-
Outros investimentos	596	620
Total dos Investimentos	12.674	8.559

Origens dos Recursos	2022	2023
Recursos próprios	10.999	7.706
Clientes – Participação financeira	1.675	853
Total dos Recursos	12.674	8.559

Sistema de Distribuição – 12/2023

	Urbano	Rural	Total
Redes de Distribuição – Baixa Tensão (Km)	637	143	780
Redes de Distribuição – Média Tensão (Km)	750	960	1.710
Postes – unidades	23.381	11.949	35.330
Transformadores – unidades	2.641	2.128	4.769
Potência Instalada em Transformadores (KVA)	124.505	28.810	153.315

Programa “Energia Solidária” - Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná de acordo com a Lei 20.943/2021, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o cartão “Bolsa Família” cadastrado e consumam no máximo 150 KWh por mês. Para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Energia Solidária	2022	2023
Nº de residências atendidas	3.289	3.300
Residências atendidas pelo Programa Energia Solidária, com relação ao total de consumidores residenciais	6,6%	6,4%
Receita de faturamento do Programa Energia Solidária (R\$ mil)	997	1.068
Total da receita de faturamento do Programa Energia Solidária em relação ao total da receita do faturamento residencial	1,4%	1,5%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Energia Solidária (R\$ mil)	984	1.067

Tarifa Social da Energia Elétrica - A Tarifa Social da Energia Elétrica é regulamentada pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 e pela Resolução Normativa ANEEL 1000/2021. Proporciona descontos nas faturas de energia às famílias com baixa renda que atendam os critérios estabelecidos pela legislação e mantenham seus cadastros atualizados.

Tarifa Social da Energia Elétrica (Baixa Renda)	2022	2023
Número de residências atendidas	5.140	5.654
Residências atendidas pelo Programa c/relação ao total de consum. residenciais	10,3%	10,9%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	1.320	1.464
Faturamento da classe em relação ao total do faturamento residencial	1,7%	2,0%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa (R\$ mil)	1.214	1.417

PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

O PEE tem como objetivos principais promover a melhoria da instalação e a redução da demanda e do consumo de energia através da troca de equipamentos, difundir os conceitos da eficiência energética e da cultura de conservação energética e colaborar para o desenvolvimento sustentável.

A obrigatoriedade de implementar projetos de eficiência energética está prevista no Programa de Eficiência Energética (PEE), que é regulamentado pela ANEEL. O PEE foi criado para incentivar ações que promovam o uso mais eficiente da energia elétrica, contribuindo para a redução do consumo e, conseqüentemente, para a minimização do impacto ambiental.

As distribuidoras de energia são obrigadas a destinar uma porcentagem específica de sua receita operacional líquida para investimentos em projetos de eficiência energética. Esses projetos visam implementar medidas e ações que promovam o uso racional da energia, como a substituição de equipamentos por modelos mais eficientes, a modernização de sistemas elétricos, a educação para o consumo consciente, entre outras iniciativas.

Dessa forma, a obrigatoriedade de realizar projetos de eficiência energética é uma estratégia para incentivar as distribuidoras a investirem em práticas sustentáveis e a contribuírem para a redução do consumo de energia no país. Isso não apenas beneficia o meio ambiente, mas também promove a segurança no abastecimento de energia e pode resultar em economias para os consumidores.

Em 2024 será realizado um projeto de Eficiência Energética na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Campo Largo, esta iniciativa busca otimizar o consumo de energia com a instalação de placas solares e também a substituição do sistema de iluminação por um mais eficiente, reforçando o compromisso da COCEL com a comunidade campo-larguense visando uma diminuição expressiva nos gastos com energia elétrica, permitindo uma alocação mais eficiente dos recursos no sistema de saúde.

PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

Em 2021 contratamos, pelo período de 36 meses, a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu para realização de um projeto de P&D cujo título é “Técnicas de *Data Analytics* aplicadas à Otimização da Operação e Manutenção de Transformadores de Potência”. Os transformadores de potência são elementos chave na conexão de subestações de energia elétrica (SE) com o sistema elétrico de potência, além disso, por se tratar de um dos equipamentos mais caros e críticos das subestações, a gestão destes ativos é de vital importância para manutenção da confiabilidade da operação das SE. O sistema proposto será capaz de emitir diagnósticos operativos dos transformadores, como: carregamento relativo, fator de aceleração do envelhecimento, *hotspot*, potência aparente, taxa de geração de gases, temperatura para a formação de água livre no óleo, entre outros. Ademais, Utilizando Técnicas de *Data Analytics*, inteligência artificial aplicada na análise dos dados coletados pelo sistema de aquisição e disponibilizados em servidor,

o sistema de gestão dos ativos emitirá saídas relacionadas ao grau de criticidade dos ativos, podendo o usuário registrar procedimentos a adotar para a criticidade apontada pelo sistema, sendo estes procedimentos incrementados ao sistema e utilizados nas inferências posteriores da aprendizagem de máquina.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária. Mas com o resultado negativo obtido não houve distribuição de dividendos neste exercício.

Indicadores Sociais Internos

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 109 colaboradores. Em 2022 contávamos com 113.

A COCEL distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 1.873 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados. Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento). A COCEL mantém convênio para tratamentos odontológicos e com farmácias – que permite o reembolso ao funcionário de 50% ou 65% dos valores gastos com medicamentos (desde que apresentada receita médica). A COCEL conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos R\$ 21 mil. Ao longo do exercício, a Companhia investiu o equivalente a R\$ 51 mil em bolsas de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manterem seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial.

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a Companhia contou em 2023 com 04 estagiários - estudantes que realizam sua complementação de ensino atuando nas diversas áreas da companhia. A COCEL possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando jovens em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 05 aprendizes desenvolveram atividades na Companhia.

Dimensão Econômica Financeira

Receita Operacional Bruta

Receita de Energia: A receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada totalizou R\$ 141.485.993,89 em 2023 contra R\$ 148.652.957,25 em 2022, representando um decréscimo de 4,82%, reflexo da redução da tarifa de – 3,89% do reajuste de Junho/2023 e da redução da alíquota do ICMS.

Desde abril de 2016 ocorre a migração de alguns grandes consumidores industriais e comerciais para o mercado livre. Atualmente são 29 consumidores das classes industrial e comercial que passaram a adquirir energia em leilões, cabendo à Cotel cobrar somente o valor da disponibilização do sistema de distribuição. Em 2023 foi faturado o montante de R\$ 34.066.164,92 contra o valor de R\$ 31.844.954,35 em 2022. Outro valor também de responsabilidade da Companhia, se refere ao ICMS Substituição Tributária incidente sobre a energia consumida destes consumidores livres junto aos seus fornecedores de energia. Em 2023 foi cobrado o valor de R\$ 6.081.041,41 e em 2022 o valor de R\$ 9.190.879,97, recolhidos integralmente ao Estado do Paraná.

Ativos e Passivos financeiros setoriais: Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros – trata-se das variações positivas e negativas entre estimativas de custos não gerenciáveis e pagamentos efetivados ocorridos entre os processos tarifários contemplados. As variações serão apuradas e fiscalizadas pela ANEEL para posterior compensação nos reajustes tarifários subsequentes.

Os valores registrados na conta **Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido** no valor de R\$ 14.998.890,40, referem-se a valores de descontos incidentes sobre as tarifas e contemplados nos reajustes e revisões tarifárias da ANEEL e que são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a título de Subsídio de Carga de Fonte Incentivada (consumidores livres), Subsídio sobre o Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento e Rural de Irrigação e Eletrificação, Subvenção sobre redução na tarifa e Subsídio SCEE. Estes custeios são

de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE conforme disposto nos termos do inciso VII, do artigo 13º da lei 10.438/2002 e Decreto nº 7891/2013. Também são registrados os valores recebidos de Subsídio Baixa Renda do Governo Federal.

Em **Outras Receitas**, temos os valores registrados de serviços prestados como serviços cobráveis nas faturas, compartilhamento de infraestrutura e de prestação de serviços de manutenção da iluminação pública do Município - totalizando R\$ 7.962.558,26 em 2023.

Receita Operacional Líquida: O resultado líquido após as deduções de encargos setoriais e impostos obteve um resultado de R\$ 122.497.210,59 em 2023, contra R\$ 110.574.762,18 em 2022. Um percentual de 60,90% em 2023 e de 53,85% em 2022, sobre a Receita Operacional Bruta.

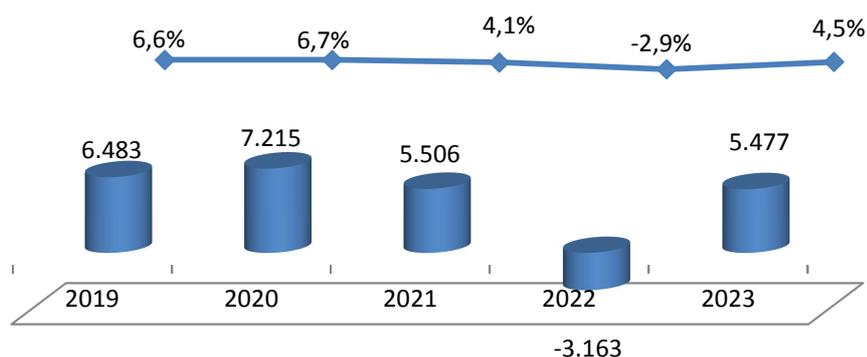
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis: Em 2023 o resultado após os custos com a aquisição de energia elétrica foi obtido o valor de R\$ 37.570.090,31 e o percentual sobre a Receita Líquida Operacional foi de 30,68%. Em 2022 foi de R\$ 28.826.328,01 e o percentual de 26,07%.

Custos Gerenciáveis: Encerrou o exercício de 2023 com o montante de R\$ 34.532.094,41 e a variação de 28,20% sobre a Receita Líquida Operacional, enquanto em 2022 encerrou com o valor de R\$ 34.007.692,00 e variação de 30,76% sobre a ROL e variação de 1,55% (comparando 2023 com 2022).

LAJIDA ou EBITDA: Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 5.477.258,25, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2023	2022
Resultado das Atividades	3.037.995,90	(5.181.363,99)
Depreciação e Amortização	2.436.262,35	2.018.649,36
Lajida/Ebitda	5.477.258,25	(3.162.714,63)
Receita Operacional Líquida	122.497.210,59	110.574.762,18
Margem do Ebitda - % (Ebitda / ROL)	4,48%	(2,86%)

O gráfico abaixo apresenta os valores em R\$ (mil) da margem do Ebitda/Lajida, juntamente com o percentual sobre a Receita Operacional Líquida.



BALANÇO SOCIAL

	2023			2022		
1) Base de Cálculo	Valor (R\$ mil)			Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	122.497			110.575		
Lucro Operacional	4.406			(2.778)		
Folha de Pagamento Bruta	18.397			17.800		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.873	10,2%	1,5%	1.801	10,1%	1,6%
Encargos Sociais sem diretoria	4.803	26,1%	3,9%	4.502	25,3%	4,1%
Previdência privada	64	0,3%	0,1%	62	0,3%	0,1%
Saúde	1.155	6,3%	1,0%	1.011	5,7%	0,9%
Segurança e Medicina no Trabalho	345	1,9%	0,3%	528	3,0%	0,5%
Educação	72	0,4%	0,1%	55	0,3%	0,0%
Cultura	-	-	-	-	0,0%	0,0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	51	0,3%	0,0%	82	0,5%	0,1%
Participação nos Lucros ou Resultados	542	3,0%	0,5%	-	0,0%	0,0%
Outros	-	-	-	-	0,0%	0,0%
Total – Indicadores sociais internos	8.905	48,4%	7,3%	8.041	45,2%	7,3%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Tributos (excluídos os encargos sociais)	79.445	-	64,9%	86.308	-	78,0%
Total – Indicadores Sociais Externos	88.350	-	72,1%	94.349	-	85,3%

	2023	2022
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	109	113
N.º de empregados terceirizados	66	78
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	53	54
2º Grau	48	50
1º Grau	8	9
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	2	4
De 30 até 45 anos (inclusive)	54	59
Acima de 45 anos	53	50
Admissões durante o período	-	-
Demissões durante o período	3	6
N.º de mulheres que trabalham na empresa	24	26
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	33,3%	42,1%
Estagiários	4	2
Menor Aprendiz	5	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2023			2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração	6,1			6,7		
Nº total de acidentes de trabalho	3			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados
A previdência privada contempla	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	<input type="checkbox"/> São exigidos	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	<input type="checkbox"/> São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apoia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apoia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva

AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2023.

Campo Largo, 31 de dezembro de 2023.

José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

Carlos Conrado Krzyzanovski
Diretor Técnico

Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/Financeiro

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Balço Patrimonial dos exercícos encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

ATIVO	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.201	1.401
Consumidores	19.469	18.025
Encargos de Uso da rede elétrica	1.163	-
Serviços em curso	1.581	1.047
Tributos compensáveis	14.104	15.476
Almoxarifado operacional	1.641	1.841
Despesas pagas antecipadamente	2.807	2.805
Ativos regulatórios	8.995	20.984
Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada	4.305	2.234
Outros ativos circulantes	1.936	1.552
	61.202	65.365
Não Circulante		
Tributos compensáveis	72.422	78.661
Depósitos judiciais e cauções	170	157
Investimentos temporários	362	250
Outros ativos não circulantes	1	1
	72.955	79.069
Imobilizados em serviço	79.283	77.978
Imobilizado em curso	10.334	9.375
Intangível em serviços	242	315
	89.859	87.668
	162.814	166.737
Total do Ativo	224.016	232.102
PASSIVO	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	9.716	14.193
Empréstimos, financiamentos e debentures	10.787	13.850
Obrigações sociais e trabalhistas	2.744	2.171
Tributos	8.036	2.477
Provisões para litígios	-	-
Dividendos e juros sobre o Capital Próprio	5.248	4.298
Encargos setoriais	4.800	5.397
Passivos regulatórios	17.341	4.766
Outros passivos circulantes	2.270	1.613
	60.942	48.765
Não Circulante		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.345	9.536
Passivos financeiros setoriais	805	710
Obrigações especiais	33.824	34.981
Outros Passivos não circulantes	74.204	91.368
	114.178	136.595
Patrimônio Líquido		
Capital social integralizado	50.000	50.000
Reservas de capital	15.144	11.688
Reserva de reavaliação e ajustes patrimoniais	(16.248)	(14.946)
	48.896	46.742
Total do Passivo	224.016	232.102

Demonstrativo de Resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	2023	2022
Receita Operacional		
Fornecimento de energia elétrica	141.486	148.653
Disponibilização dos sistemas de distribuição	40.147	41.036
Ativos e Passivos regulatórios	(3.352)	(7.912)
Doações, contrib. subvenções vinculadas ao serv. concedido	14.999	16.722
Transferência da Ultrapassagem de demanda e reativos	(95)	(77)
Outras receitas	7.962	6.931
	201.147	205.353
Deduções da Receita Operacional		
Tributos		
ICMS	(35.245)	(45.992)
COFINS/Pasep s/vendas	(15.018)	(14.587)
Encargos Parcela "A"		
CDE – Conta de desenvolvimento energético	(26.451)	(27.418)
TFSEE – Taxa de fiscalização	(128)	(116)
Pesquisa e desenvolvimento/ Eficiência energética	(1.155)	(1.046)
Outros Encargos	(653)	(5.619)
	(78.650)	(94.778)
Receita operacional líquida	122.497	110.575
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"		
Energia elétrica comprada para revenda	(45.943)	(53.250)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(38.984)	(28.499)
	(84.927)	(81.749)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	37.570	28.826
Custos gerenciáveis – Parcela "B"		
Pessoal e Administradores	(20.507)	(19.736)
Material	(1.756)	(2.125)
Serviço de terceiros	(8.469)	(8.137)
Arrendamento e alugueis	(319)	(271)
Seguros	(60)	(52)
Doações, contribuições e subvenções	(3)	(81)
Provisões	(72)	(124)
(-) Recuperação de despesas	222	374
Tributos	(133)	(80)
Depreciação e amortização	(2.436)	(2.019)
Gastos diversos	(999)	(1.756)
	(34.532)	(34.007)
Resultado da atividade de concessão	3.038	(5.181)
Resultado Financeiro		
Despesas financeiras	(7.490)	(7.756)
Receitas financeiras	9.309	10.159
	1.819	2.403
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	4.857	(2.778)
Imposto de Renda PJ/Contribuição social s/Lucro Líquido	(795)	-
Participação nos lucros	(606)	-
Reversão dos juros s/Capital Próprio	950	-
Lucro Líquido do exercício	4.406	(2.778)

Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.406	(2.778)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa		
Juros sobre financiamentos	(3.464)	(4.078)
Provisão para contingências	-	(35)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	72	(159)
Depreciação e baixas do imobilizado	6.368	4.559
Lucro/Prejuízo líquido ajustado	7.382	(2.491)
(Aumento) redução do ativo		
Contas a receber de clientes	(2.680)	4.143
Encargos de uso da rede elétrica	-	-
Serviços pedidos em curso	(534)	(481)
Depósitos judiciais	(13)	(68)
Ativos regulatórios	11.989	10.640
Tributos a recuperar	7.611	(92.725)
Estoques	200	(86)
Despesas antecipadas	(2)	(2.769)
Subsídio tarifário e Redução da tarifa equilibrada	(2.071)	(1.950)
Outros	(494)	185
	14.006	(83.111)
Aumento (redução) no Passivo		
Fornecedores	(4.477)	3.048
Obrigações sociais e trabalhistas	572	(252)
Tributos a recolher	8.953	(4.572)
Encargos setoriais	(597)	2.317
Passivos regulatórios	12.575	(6.199)
Passivos financeiros setoriais	95	77
Outros	(19.901)	91.450
	(2.780)	85.869
Fluxo de caixa (consumido) / originado das atividades operacionais	18.608	267
Atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	8.219	12.340
Contribuição do consumidor	(1.157)	(1.675)
Intangível	(340)	334
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(9.716)	10.999
Atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimo	5.071	15.542
Amortização de empréstimos	(8.861)	(4.921)
Dividendos distribuídos	-	(10)
Reavaliação regulatória	(1.302)	(1.485)
Fluxo de caixa originado das (aplicados nas) atividades de	(5.092)	9.126
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.800	(1.606)
Total de efeitos no caixa		
Saldo inicial de caixa	1.400	3.006
Saldo final de caixa	5.204	1.400
Variação no caixa	3.800	(1.606)

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022.

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Lucro/Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50.000	3.600	(13.393)	10.866	-	51.073
Reservas de Reavaliação	-	-	(1.553)	-	-	(1.553)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	(2.778)	(2.778)
Destinação do Lucro proposta a AGO						
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
- Reserva de Retenção de Lucro	-	-	-	(2.778)	2.778	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	50.000	3.600	(14.946)	8.088	-	46.742
Reservas de Reavaliação	-	-	(1.302)	-	-	(1.302)
Prejuízo Líquido do exercício	-	-	-	-	4.406	4.406
Destinação do Lucro proposta a AGO						
- Reserva Legal	-	220	-	-	(220)	-
- Reserva de Retenção de Lucro	-	-	-	3.236	(3.236)	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	(950)	(950)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	50.000	3.820	(16.248)	11.324	-	48.896

Companhia Campolarguense de Energia - Cocel
CNPJ: 75.805.895/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionada acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão detalhadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

3.1. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

3.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- ✓ Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- ✓ Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.3. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.6. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O valor reconhecido é considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber. Constituída com base nos valores a receber dos consumidores, sendo a classe residencial vencido a mais de 90 dias, classe comercial vencido a mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

3.7. Estoques

Os materiais e equipamentos em estoques classificados no ativo circulante compreende o almoxarifado de manutenção de obras e administrativo. Estão registrados pelo custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

3.8. Ativo Indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

3.9. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

3.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

3.12. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.13 Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. As demonstrações contábeis da Companhia não sofreram impactos decorrentes dessa norma.

ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito do referido pronunciamento, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente, (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais, (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de impostos, e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia avaliou a nova interpretação e concluiu que não há

incertezas significantes quando da aplicação de tratamentos fiscais que envolvam tributos sobre os lucros, e logo, a interpretação em questão não gera impactos qualitativos e quantitativos para as demonstrações contábeis.

CPC 48/IFRS 09 – Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa

De acordo com o CPC 48, equivalente a norma internacional de contabilidade IFRS 09, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

CPC 33 (R1) /IAS 19 – Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações a este pronunciamento contábil abordam a contabilização quando da alteração, redução ou liquidação de um plano durante o seu período-base. Tais mudanças foram realizadas para clarificar o que deve ser feito pela companhia quando os planos são alterados, reduzidos ou liquidados durante o período-base. Dessa forma, a Companhia deve: (i) determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento; e (ii) determinar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido. Tais mudanças não impactaram a Companhia.

Os demais pronunciamentos novos e/ou alterados já emitidos não são aplicáveis às atividades operacionais da Companhia e por conta disso a Companhia não possui a expectativa de que produza qualquer impacto sobre as demonstrações contábeis.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. A COCEL não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2020 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de hedge.

Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

3.15 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

A composição das Contas a Receber estão apresentadas como segue:

A composição das Contas a Receber estão apresentadas como segue:

DESCRIÇÃO – R\$ Mil	VALORES CORRENTES											TOTAL 2023	TOTAL 2022
	CORRENTES A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão para Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA			
	Até 60 Dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Fornecimento de Energia	15.268	-	3.978	85	106	1.066	(1.309)	87	58	7	123	19.469	18.450
- Residencial	3.197	-	2.423	46	61	482	(760)	45	25	6	86	5.611	4.329
- Industrial	1.534	-	581	4	-	147	(223)	30	10	-	29	2.112	2.155
- Comercial	1.630	-	472	18	26	157	(236)	12	23	1	8	2.111	1.935
- Rural	157	-	97	2	1	7	(6)	-	-	-	-	258	228
- Poderes Públicos	237	-	26	-	-	1	-	-	-	-	-	264	209
- Iluminação Pública	382	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	382	378
- Serviço Público	389	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	399	381
- Luz Fraterna	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	56
- Outras cobranças	421	-	369	15	18	272	(84)	-	-	-	-	1.011	1.157
- Fornecimento Não Faturado	7.221	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.221	7.197
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	15.268	-	3.978	85	106	1.066	(1.309)	87	58	7	123	19.469	18.025

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

O fornecimento faturado de energia acrescida de outras cobranças nas faturas apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados e está em conformidade com as Instruções da ANEEL a seguir resumidas:

- Clientes com débitos relevantes (grandes clientes): análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Para os demais casos: (a) Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias; (b) consumidores

comerciais - vencidos há mais de 180 dias e (c) consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.

5. - Imobilizado

5.1 - A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/22	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/23	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/23	Valor Líquido em 31/12/22	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	152.543	7.327	(1.724)	-	(2.066)	156.080	5.603	(81.458)	74.622	73.325	(49.636)	18.572	(31.064)
Maquinas e Equipamentos	147.778	7.327	(1.724)	-	(2.066)	151.315	5.603	(77.995)	73.320	71.349	(49.636)	18.572	(31.064)
Veículos	4.765	-	-	-	-	4.765	-	(3.463)	1.302	1.976	-	-	-
Administração	10.236	176	(642)	-	(769)	9.001	(466)	(4.443)	4.557	4.638	-	-	-
Terrenos	2.503	-	-	-	-	2.503	-	-	2.503	2.503	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3.430	-	-	-	-	3.430	-	(2.579)	851	884	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	2.633	174	(337)	-	(454)	2.016	(163)	(1.169)	847	837	-	-	-
Veículos	78	-	-	-	-	78	-	(77)	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	1.592	2	(305)	-	(315)	974	(303)	(618)	356	414	-	-	-
Comercialização	141	97	(30)	-	(11)	197	67	(93)	104	15	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	-	28	-	-	-	28	28	(1)	27	3	-	-	-
Veículos	121	69	(30)	-	(11)	149	39	(82)	67	12	-	-	-
Móveis e Utensílios	20	-	-	-	-	20	-	(10)	10	-	-	-	-
Subtotal	162.920	7.600	(2.396)	-	(2.845)	165.278	5.204	(85.994)	79.283	77.978	(49.636)	18.572	(31.604)

Ativo Imobilizado em Curso – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/22	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/23	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/23	Valor Líquido em 31/12/22	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	9.113	7.939	-	(7.326)	-	9.726	613	-	9.726	9.113	(2.759)	-	(2.759)
Maquinas e Equipamentos	9.113	7.939	-	(7.326)	-	9.726	613	-	9.726	9.113	(2.759)	-	(2.759)
Administração	7	183	-	(176)	-	14	7	-	14	7	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	7	181	-	(174)	-	14	7	-	14	7	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	2	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	9.120	8.122	-	(7.502)	-	9.740	620	-	9.740	9.120	(2.759)	-	(2.759)

5.2 - A composição do intangível é como segue:

Intangível em Serviço – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/22	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/23	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/23	Valor Líquido em 31/12/22
Distribuição	187	-	-	-	-	187	-	(170)	17	17
Softwares	187	-	-	-	-	187	-	(170)	17	17
Administração	2.005	-	(66)	-	(66)	1.875	-	(1.649)	225	296
Softwares	2.005	-	(66)	-	(66)	1.875	-	(1.649)	225	296
Comercialização	14	-	-	-	-	14	-	(14)	-	2
Softwares	14	-	-	-	-	14	-	(14)	-	2
Subtotal	2.206	-	(66)	-	(66)	2.076	-	(1.833)	242	316

Intangível em Curso – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/22	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/23	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/23	Valor Líquido em 31/12/22
Distribuição	255	339	-	-	-	594	339	-	594	255
Softwares	255	339	-	-	-	594	339	-	594	255
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	255	339	-	-	-	594	339	-	594	255

5.3 A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de distribuição é como segue:

Distribuição – Máquinas e Equipamentos – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/22	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/23	Adições Líquidas = A – B + C
AIS Bruto	147.778	7.327	(1.724)	-	(2.066)	151.315	5.603
Transformador de distribuição	36.768	1.941	(329)	-	(145)	38.235	1.612
Medidor	13.330	826	(790)	-	(632)	12.734	36
Redes Baixa Tensão (<2,3 KV)	54.741	2.947	(248)	-	(289)	57.151	2.699
Redes Média Tensão (2,3 a 44KV)	23.460	1.263	(102)	-	(124)	24.497	1.161
Subestações Alta Tensão (primário 88KV a 138KV)	15.409	228	(102)	-	(74)	15.461	126
Veículos	1.789	-	(92)	-	(77)	1.620	(92)
Demais Máquinas e Equipamentos	2.281	122	(61)	-	(725)	1.617	61

Obrigações Especiais do AIS Bruto – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/22	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/23	Adições Líquidas = A – B + C
Obrigações Especiais do AIS Bruto – R\$ Mil	48.815	821	-	-	-	49.636	821
Participações, Doações, PEE, P&D, Universalização	46.188	821	-	-	-	47.009	821
Outros							
Originadas da Receita	2.627	-	-	-	-	2.627	-
Ultrapassagem de demanda	1.673	-	-	-	-	1.673	-
Excedente de reativos	954	-	-	-	-	954	-

Ativo Imobilizado – R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação %	2023		2022	
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido 31/12/23	Valor Líquido 31/12/22
Em Serviço - AIS					
Distribuição	-	156.080	(81.458)	74.622	73.325
Custo histórico	3,7%	111.050	(49.496)	61.554	58.996
Reavaliação	-	45.030	(31.962)	13.068	14.329
Administração	-	9.001	(4.443)	4.558	4.639
Custo histórico	3,1%	5.058	(1.904)	3.154	3.198
Reavaliação	-	3.943	(2.539)	1.404	1.441
Comercialização	-	197	(93)	104	15
Custo histórico	3,4%	171	(70)	101	9
Reavaliação	-	26	(23)	3	6
		165.278	(85.994)	79.284	77.979

Intangível – R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação %	2023		2022	
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço - AIS					
Distribuição	-	187	(170)	17	4
Custo histórico	7,2%	126	(110)	16	4
Reavaliação	-	61	(60)	1	-
Administração	-	1.875	(1.649)	226	52
Custo histórico	6,4%	1.172	(959)	213	37
Reavaliação	-	703	(690)	13	15
Comercialização	-	14	(14)	-	5
Custo histórico	8,1%	12	(12)	-	3
Reavaliação	-	2	(2)	-	2
		2.076	(1.833)	243	61

Nota: A Cocel não executou nenhuma reavaliação de elementos de ativos imobilizados, nas contas do imobilizado em curso.

Composição das Taxas de Depreciação

De acordo com a resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registrada e controlada por Unidade de Cadastro - UC e passaram a ser aplicados a partir de janeiro de 2012 são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação %
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição	6,67%
Condutores	3,57%
Estrutura do Sistema (postes)	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Transformador	4,00%
Administração	
Edificação	3,33%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento de informática	16,67%
Veículos	14,29%

Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que resultou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

ii) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Composição	CVA 2023			CVA 2022		
	Ativa	Passiva	Líquida	Ativa	Passiva	Líquida
Custo de aquisição de energia	-	4.350	(4.350)	5.287	-	5.287
Proinfa	22	140	(118)	618	3	615
Conta de Desenv. Energético - CDE	171	-	171	2.980	17	2.963
Transporte de Energia Rede Básica	-	156	(156)	8	16	(8)
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	613	-	613	206	103	103
Encargos de Serv.de Sistemas – ESS	1.300	30	1.270	1.997	540	1.457
Neutralidade Parcela A	262	305	(43)	771	-	771
Sobrecontratação de Energia	1.317	443	874	-	-	-
Diferimentos de Reposição Tarifária	5.310	1.435	3.875	9.117	4.087	5.030
Devoluções tarifárias	-	10.482	(10.482)	-	-	-
Total	8.995	17.341	(8.346)	20.984	4.766	16.218

Ativos e Passivos Regulatórios	Circulante		Não Circulante
	2023	2022	
Ativos			
Ativos regulatórios em recuperação	4.213	18.314	-
Ativos regulatórios em formação	4.782	2.670	-
Total do Ativo	8.995	20.984	-
Passivo			
Passivos regulatórios em recuperação	(4.677)	(540)	-
Passivos regulatórios em formação	(12.644)	(4.226)	-
Total do Passivo	(17.341)	(4.766)	-
Líquido	(8.346)	16.218	-

7. Empréstimos e Financiamentos

A composição dos empréstimos em 31/12/2023 é como segue:

	2023		2022	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Caixa Econômica Federal	2.368	3.779	6.051	1.147
Banco Sicoob	1.577	-	1.771	1.577
Banco Sicredi	4.601	-	3.991	4.605
Banco Santander	2.241	1.566	2.037	2.207
Total	10.787	5.345	13.850	9.536

7.1 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO/LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?
Ativos Financeiros	-	-	-	-	
Caixa e Aplicações Financeiras	-	5.201	-	5.201	
Saldo final de Caixa – Conta 1101	-	5.201	-	5.201	Sim

7.2 Composição do Endividamento e Dívida Líquida

DÍVIDA LÍQUIDA REGULATÓRIA	2023	2022
(+) Dívida Bruta: Somatórios de Passivos formados por:		
Empréstimos, Financiamentos e debêntures – Curto prazo	(10.787)	(13.850)
Empréstimos, Financiamentos e debêntures – Longo prazo	(5.345)	(9.536)
Parcelamento de tributos	(6.798)	-
Passivos financeiros setoriais	(5.860)	(4.767)
	(28.790)	(28.153)
Ativos Financeiros: Somatório de Ativos Formados por:		
Caixa e equivalentes de caixa	5.201	1.401
Investimentos temporários	362	251
Ativos financeiros setoriais	8.995	20.984
Reembolsos do Fundo da CDE	4.040	2.018
	18.598	24.654
DÍVIDA LÍQUIDA REGULATÓRIA	(10.192)	(3.499)

7.3 Abertura dos Instrumentos Derivativos: A Cocel não possui instrumentos derivativos.

8. Provisões para Litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, análise das demandas judiciais, constituíram provisões para 2023 consideradas como “prováveis”.

Descrição	2023		2022	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

Cíveis: A Companhia possui 70 processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como “possíveis” os valores somam aproximadamente R\$ 1.119.

Trabalhistas: Composto por reclamações ajuizadas por empregados e ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento, entre outros. Considerado como risco “possível” a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 594.

9. Obrigações Vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Suas obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (de junho de 2008). Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais em Serviço – R\$ Mil	Depreciação – Taxa Média Anual	Custo histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em Serviço		(13.131)	-	(36.505)	(49.636)
Participação da União, Estados e Municípios	4,00%	(685)	-	-	(685)
Participação Financeira do Consumidor	4,00%	(6.877)	-	(36.505)	(43.382)
Pesquisa e Desenvolvimento	4,00%	(572)	-	-	(572)
Universalização Serv.Púb.de Energia Elétrica	4,00%	(2.370)	-	-	(2.370)
Outros	-	(2.627)	-	-	(2.627)
Ultrapassagem de demanda	4,00%	(1.673)	-	-	(1.673)
Excedente de reativos	4,00%	(954)	-	-	(954)
(-) Amortização Acumulada – AIS		5.304	-	13.268	18.572
Participação da União, Estados e Municípios	-	143	-	-	143
Participação Financeira do Consumidor	-	3.233	-	13.268	16.501
Pesquisa e Desenvolvimento	-	129	-	-	129
Universalização Serv.Púb.de Energia Elétrica	-	1.114	-	-	1.114
Outros	-	685	-	-	685
Ultrapassagem de demanda	-	444	-	-	444
Excedente de reativos	-	241	-	-	241
TOTAL	3,75%	(7.827)	-	(23.237)	(31.064)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais em Curso – R\$ Mil	Saldo inicial em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências	Saldo Final em 31/12/2023
Em Curso	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(2.356)	(733)	-	530	(2.559)
Universalização Serv.Púb.de Energia Elétrica	(66)	-	-	-	(66)
Valores pendentes de recebimento	(305)	(430)	601	-	(134)
TOTAL	(2.727)	(1.163)	601	530	(2.759)

10. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2023	2022
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Reserva de Capital

A reserva de capital é formada basicamente pela remuneração do capital próprio aplicado em imobilização em curso e em bens para uso futuro nos serviços concedidos.

Reserva de Lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral. A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

A destinação dos resultados apurados nos exercícios está apresentada a seguir:

	2023	2022
Resultado do exercício	4.406	(2.778)
(-) Reserva legal 5%	(220)	-
Resultado a distribuir	4.186	(2.778)
Destinação dos resultados		
Juros sobre capital próprio	(950)	-
Reserva estatutária para investimento	3.326	-
	-	(2.778)

11. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		Consumo MWh		R\$ Mil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Fornecimento de energia – Faturado	57.712	56.258	210.617	200.177	141.462	147.445
Residencial	51.836	50.081	103.899	94.605	72.914	72.376
Industrial	322	343	36.138	36.847	23.151	26.841
Comercial	3.467	3.746	39.621	39.256	28.214	30.448
Rural	1.651	1.700	6.611	6.369	4.325	4.175
Poder Público	367	320	4.004	3.672	2.898	2.910
Iluminação Pública	1	1	12.553	12.221	5.119	5.712
Serviço Público	65	64	7.655	7.074	4.841	4.983
Consumo Próprio	3	3	136	133	-	-
Fornecimento – Não faturado	-	-	-	-	24	1.208
Uso da Rede Elétrica de Distribuição	29	21	139.547	147.211	40.147	41.036
Consumidores Livres	29	21	139.547	147.211	40.147	41.036
(-) Transferências p/Obrigações Especiais	-	-	-	-	(96)	(77)
(-) Ultrapassagem da Demanda	-	-	-	-	(71)	(81)
(-) Excedente de Reativos	-	-	-	-	(25)	4
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	(3.352)	(7.912)
Constituição/Amort. – CVA Ativa/Passiva	-	-	-	-	(2.570)	(9.257)
Constit./Amort. – Demais Ativos/Passivos regulatórios	-	-	-	-	(782)	1.345
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	14.999	16.722
Outras Receitas	-	-	-	-	7.963	6.931
Serviços cobráveis	-	-	-	-	973	965
Compartilhamento de infraestrutura	-	-	-	-	5.233	4.380
Serviços prestados de manut. Iluminação Pública	-	-	-	-	2.261	1.784
Outras receitas diversas	-	-	-	-	192	377
(-) Tributos sobre outras receitas	-	-	-	-	(696)	(575)
TOTAL	57.741	56.279	350.164	347.388	201.147	205.353

12. Pessoal e Administradores

Pessoal	2023	2022
Remuneração	12.972	12.197
Encargos	4.803	4.501
Previdência privada	64	62
Assistência médica	1.155	1.011
Vale alimentação	1.873	1.801
Participação do Lucro no Resultado	-	-
Outros	125	196
(-) Transferência p/ordens em curso	(2.595)	(1.988)
	18.397	17.780
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselhos)	2.031	1.886
Participação do Lucro no Resultado	-	-
Benefícios aos administradores	79	70
	2.110	1.956
TOTAL	20.507	19.736

13. Revisão e Reajuste Tarifário

13.1 Reajuste tarifário anual – 2019/2020

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2563 de 25/06/2019.

As tarifas da base econômica da Cocel, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 2.411, de 26 de junho de 2018, ficam em média, reajustadas em - 4,56% (menos quatro, vírgula cinquenta e seis por cento), sendo de - 0,71% (menos zero vírgula setenta e um por cento) em média para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de - 6,60% (menos seis vírgula sessenta por cento) em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

13.2 Reajuste tarifário anual – 2020/2021

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2706 de 23/06/2020.

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 2.563, de 25 de junho de 2019, ficam, em média, reajustadas em 0,58% (zero vírgula cinquenta e oito por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores. Sendo -0,50% (menos zero, vírgula cinquenta por cento), em média para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de 1,16% (um vírgula dezesseis por cento) em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

13.3 Revisão Tarifária Periódica – 2021

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2887 de 22/06/2021.

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 2.706, de 23 de junho de 2020, ficam, em média, reajustadas em 10,64% (dez vírgula sessenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo 14,08%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 8,52% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

13.4 Reajuste tarifário anual – 2022/2023

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.052 de 28/06/2022.

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 2.887, de 22 de junho de 2021, alterada pela Resolução Homologatória nº 3.009, de 1º de fevereiro de 2022, ficam, em média, reajustadas em 10,59% (dez vírgula cinquenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo 23,15%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 2,04% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

13.5 Reajuste tarifário anual – 2023/2024

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.211 de 27/06/2023.

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 3052, de 28 de junho de 2022, ficam, em média, reajustadas em -3,89% (menos três vírgula oitenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo -14,42%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 3,70% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

14. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no quinto ciclo de revisão tarifária (5CRTP) deve ser “blindada”. Entendem-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-bases do quarto ciclo e da atual revisão tarifária, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária;

- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do quarto ciclo e da atual revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da atual revisão tarifária;
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária;

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

As tabelas a seguir resumem o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração aos acionistas e a quota de reintegração regulatória.

Descrição	Valores (R\$)
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	129.552.036
(2) Índice de Aproveitamento Integral	2.330.232
(3) Obrigações Especiais Bruta	36.504.817
(4) Bens Totalmente Depreciados	18.968.667
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	71.748.320
(6) Depreciação Acumulada	69.006.502
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	60.545.534
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	791.104
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (1)-(6)-(8)	59.754.430
(10) Almoxarifado em Operação	1.798.763
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	24.275.339
(13) Terrenos e Servidões	6.913
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (9)+(10)+(11)-(12)+(13)	37.284.766
(15) Base de Remuneração Ativos Concessionária	37.284.766
(16) WACC antes de impostos	10,64%
(17) Remuneração Ativos Concessionária	3.965.397
(18) Base Obrigações Especiais	36.504.817
(19) Taxa de Remuneração das Obrigações Especiais	2,33%
(20) Remuneração das Obrigações Especiais	850.209
(24) Remuneração do Capital = (17)+(20)	4.815.606
(25) Taxa de Depreciação	4,03%
(29) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (25)	2.891.457

15. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores (R\$)
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	16.222.767
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	7.300.245
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	1.946.732
(4) Base de Anuidade – Sistemas de informática (BARI)	6.975.790
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	762.578
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	381.626
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	1.687.140
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	2.831.344

15.1. Ajuste da parcela “B” em função do índice de ajuste de mercado e do mecanismo de incentivo à melhoria da qualidade

O índice de ajuste de mercado considera os ganhos potenciais de produtividade no ano anterior à revisão tarifária (período de referência), e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes. O Fator de Ajuste de Mercado, calculado para aplicação na atual revisão tarifária, é de **0,69%**.

O Mecanismo de Incentivo à Melhoria da Qualidade busca incentivar a melhoria contínua dos indicadores, além de observar o desempenho entre as concessionárias, ajusta o valor da Parcela B na revisão tarifária de acordo com o comportamento dos indicadores de qualidade técnico e comercial da distribuidora. O Fator de Ajuste de Qualidade, calculado para aplicação na atual revisão tarifária, foi definido em **-0,08%**.

As tabelas a seguir resumem o cálculo da Parcela B ajustada da revisão tarifária da COCEL.

Descrição	Valores (R\$)
Custo de Administração, Operação e Manutenção (CAOM)	18.016.778
Custos Operacionais (CO)	18.016.778
Custo Anual dos Ativos (CAA)	10.538.407
Remuneração do Capital (RC)	4.815.606
Quota de Reintegração Regulatória (QRR)	2.891.457
Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI)	2.831.344
Parcela B (VPB)	28.555.185
Índice de Produtividade da Parcela B	0,69%
Mecanismo de Incentivo à Qualidade	-0,08%
Parcela B com ajustes	28.381.940

16. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balanço Patrimonial dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

ATIVO	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5.201	-	5.201	1.401	-	1.401
Consumidores	19.469	-	19.469	18.025	-	18.025
Encargos de Uso da rede elétrica	1.163	-	1.163	-	-	-
Serviços em curso	1.581	-	1.581	1.047	-	1.047
Tributos compensáveis	14.104	-	14.104	15.476	-	15.476
Almoxarifado operacional	1.641	-	1.641	1.841	-	1.841
Despesas pagas antecipadamente	2.807	-	2.807	2.805	-	2.805
Ativos regulatórios	8.995	-	8.995	20.984	-	20.984
Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada	4.305	-	4.305	2.234	-	2.234
Outros ativos circulantes	1.936	-	1.936	1.552	-	1.552
	61.202	-	61.202	65.365	-	65.365
Não Circulante						
Tributos compensáveis	72.422	-	72.422	78.661	-	78.661
Depósitos judiciais e cauções	170	-	170	157	-	157
Investimentos temporários	362	-	362	250	-	250
Ativo financeiro indenizável	-	3.777	3.777	-	3.778	3.778
Outros ativos não circulantes	1	-	1	1	-	1
	72.955	3.777	76.732	79.069	3.778	82.847
Imobilizados em serviço	79.283	(79.283)	-	77.978	(77.978)	-
Imobilizado em curso	10.334	(10.334)	-	9.375	(9.375)	-
Intangível em serviços	242	52.372	52.614	315	50.205	50.520
Intangível em curso	-	10.334	10.334	-	9.375	9.375
	89.859	(26.911)	62.948	87.668	(27.773)	59.895
	162.814	(23.134)	139.680	166.737	(23.995)	142.742
Total do Ativo	224.016	(23.134)	200.882	232.102	(23.995)	208.107

PASSIVO	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante						
Fornecedores	9.716	-	9.716	14.193	-	14.193
Empréstimos e financiamentos	10.787	-	10.787	13.850	-	13.850
Obrigações sociais e trabalhistas	2.744	-	2.744	2.171	-	2.171
Tributos	8.036	-	8.036	2.477	-	2.477
Provisão para litígios	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	5.248	-	5.248	4.298	-	4.298
Encargos setoriais	4.800	-	4.800	5.397	-	5.397
Passivos regulatórios	17.341	-	17.341	4.766	-	4.766
Outros Passivos circulantes	2.270	-	2.270	1.613	-	1.613
	60.942	-	60.942	48.765	-	48.765
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	5.345	-	5.345	9.536	-	9.536
Passivos financeiros setoriais	805	(805)	-	710	(710)	-
Obrigações especiais	33.824	(33.824)	-	34.981	(34.981)	-
Outros Passivos não circulantes	74.204	-	74.204	91.368	-	91.368
	114.178	(34.629)	79.549	136.595	(35.691)	100.904
Patrimônio Líquido						
Capital Social	50.000	-	50.000	50.000	-	50.000
Reservas de capital	15.144	(4.753)	10.391	11.688	(3.250)	8.438
Reserva de reavaliação e ajustes patrimoniais	(16.248)	16.248	-	(14.946)	14.946	-
	48.896	11.495	60.391	46.742	11.696	58.438
Total do Passivo	224.016	(23.134)	200.882	232.102	(23.995)	208.107

Demonstrativo de Resultado dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita Operacional						
Fornecimento de Energia Elétrica	141.486	-	141.486	148.653	-	148.653
Disponibilização do sistema de distribuição	40.147	-	40.147	41.036	-	41.036
Ativos e Passivos financeiros regulatórios	(3.352)	-	(3.352)	(7.912)	-	(7.912)
Doações, contribuições e Subvenções	14.999	-	14.999	16.722	-	16.722
Ultrapassagem de demanda e reativos	(95)	95	-	(77)	77	-
Receita de construção	-	7.419	7.419	-	9.191	9.191
Outras receitas	7.962	-	7.962	6.931	-	6.931
	201.147	7.514	208.661	205.353	9.268	214.621
Deduções da Receita Operacional						
Tributos						
ICMS	(35.245)	-	(35.245)	(45.992)	-	(45.992)
Cofins/Pasep/Pis s/vendas	(15.018)	-	(15.018)	(14.587)	-	(14.587)
Encargos Parcela A						
CDE – Conta de Desenvolvimento Energético	(26.451)	-	(26.451)	(27.418)	-	(27.418)
Taxa de fiscalização	(128)	-	(128)	(116)	-	(116)
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficiência Energética	(1.155)	-	(1.155)	(1.046)	-	(1.046)
Outros encargos	(653)	-	(653)	(5.619)	-	(5.619)
	(78.650)	-	(78.650)	(94.778)	-	(94.778)
Receita Operacional Líquida	122.497	7.514	130.011	110.575	9.268	119.843
Custos não gerenciáveis – parcela B						
Energia elétrica comprada para revenda	(45.943)	-	(45.943)	(53.250)	-	(53.250)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(38.984)	-	(38.984)	(28.499)	-	(28.499)
	(84.927)	-	(84.927)	(81.749)	-	(81.749)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	37.570	7.514	45.084	28.826	9.268	38.094
Custos gerenciáveis – parcela B						
Pessoal e Administradores	(20.507)	-	(20.507)	(19.736)	-	(19.736)
Material	(1.756)	-	(1.756)	(2.125)	-	(2.125)
Serviço de terceiros	(8.469)	-	(8.469)	(8.137)	-	(8.137)
Arrendamento e alugueis	(319)	-	(319)	(271)	-	(271)
Seguros	(60)	-	(60)	(52)	-	(52)
Doações, Contribuições e Subvenções	(3)	-	(3)	(81)	-	(81)
Provisões	(72)	-	(72)	(124)	-	(124)
(-) Recuperação de despesas	222	-	222	374	-	374
Tributos	(133)	-	(133)	(80)	-	(80)
Depreciação e amortização	(2.436)	(1.597)	(4.033)	(2.019)	(1.592)	(3.611)
Custo com construção	-	(7.419)	(7.419)	-	(9.191)	(9.191)
Gastos diversos	(999)	-	(999)	(1.756)	-	(1.756)
	(34.532)	(9.016)	(43.548)	(34.007)	(10.783)	(44.791)
Resultado da Atividade de Concessão	3.038	(1.502)	1.536	(5.181)	(1.515)	(6.697)
Resultado Financeiro						
Despesas financeiras	(7.490)	-	(7.490)	(7.756)	-	(7.756)
Receitas financeiras	9.309	-	9.309	10.159	-	10.159
	1.819	-	1.819	2.403	-	2.403
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	4.857	(1.502)	3.355	(2.778)	(1.515)	(4.294)
Imposto de renda PJ/Contrib.Social s/Lucro Líquido	(795)	-	(795)	-	-	-
Participação nos lucros	(606)	-	(606)	-	-	-
Reversão dos juros s/Capital próprio	950	-	950	-	-	-
Lucro Líquido do exercício	4.406	(1.502)	2.904	(2.778)	(1.515)	(4.294)

16.1 Conciliação do Imobilizado/intangível societário e regulatório

	2023	2022
Saldos no final do exercício societário	52.614	50.520
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória líquida	14.489	15.790
Obrigações especiais	8.645	8.205
Transferência para conta Ativo financeiro indenizável	3.777	3.778
Saldo no fim do exercício regulatório	79.525	78.293

16.2 Passivos Financeiros Setoriais

Os Valores acumulados de receitas com ultrapassagem de demanda – UD – e excedente de reativo – ER foram transferidos a partir da 4ª (RTP) Revisão Tarifária Periódica da conta de Obrigações Especiais atualizada pela taxa referencial Selic. De acordo com a Aneel, a partir do 5º Ciclo da RTP (set/19) o saldo acumulado entre mai/15 e abr/19 será totalmente amortizado durante o prazo do ciclo (set/19 a ago/23).

16.3 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Com a aprovação da Resolução Homologatória nº 2.104 de 28/06/2016/Aneel, e respectiva Nota técnica nº 208/2016, que aprovou o 4º Ciclo da Revisão Tarifária Periódica, determina-se que se aplique o Valor Novo de Referência (VNR), para as contas de Obrigações Especiais, além das contas do grupo do Imobilizado.

A diferença de R\$ 1.942 mil, refere-se às transferências contabilizadas na regulatória dos valores de Ultrapassagem de demanda e de Excedentes de reativos, conforme determina o Manual de Contabilidade do setor elétrico.

	2023	2022
Saldos no final do exercício societário	8.645	8.205
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória líquida	23.237	24.726
Transferências dos valores de Ultrapassagem de demanda e de Excedentes de reativos	1.942	2.050
Saldo no fim do exercício regulatório	33.824	34.981

16.3 Patrimônio Líquido - Reservas de Capital

Os ajustes são decorrência dos resultados contábeis entre a contabilidade regulatória e societária.

16.5 Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação e ajustes patrimoniais

São ajustados no Patrimônio Líquido a diferença existente entre a contabilização do Valor Novo de Referência – VNR aprovada na 5ª Revisão Tarifária Periódica ocorrida em junho/2021.

16.6 Receita Operacional – Transferência da Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos

O valor de R\$ 77 mil, refere-se à contabilização para Obrigações especiais de valores deduzidos do faturamento de energia que se referem a ultrapassagem da demanda e reativos conforme determina o Manual de Contabilidade do setor elétrico. Transferido após para conta do Passivo Circulante – Passivos Financeiros Setoriais, conforme comentado no item 16.2.

16.7 Depreciação e Amortização

Os ajustes são decorrentes da amortização dos valores de VNR – Valor Novo de Reposição, registrados no decorrer das Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) nas contas de Obrigações Especiais e dos valores transferidos da Receita Operacional referente a ultrapassagem de demanda – UD – e excedente de reativo – ER. São valores que de acordo com a natureza das práticas contábeis, divergem da Contabilidade Societária.

16.8 Despesas Financeiras

Ajustes de atualizações da Selic exclusivo da Contabilidade Regulatória calculados sobre valores registrados no Passivo Não Circulante, decorrentes de ultrapassagem de demanda – UD – e excedente de reativo – ER conforme instruções do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

17. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2023	2022
Lucro Líquido conforme a contabilidade societária	2.904	(4.294)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	1.502	1.515
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01):		
Receita de construção	(7.419)	(9.191)
Custo de construção	7.419	9.191
Depreciação/amortização	1.597	1.592
Ultrapassagem de demanda – UD e excedente de reativo – ER	(95)	(77)
Lucro líquido conforme contabilidade regulatória	4.406	2.778

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro indenizável contabilizado na contabilidade societária mediante prática contábil societária (ICPC 01), a qual não é aceita na contabilidade regulatória.

Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Energia Elétrica nº 027/1998 – ANEEL.

A partir desta data, a Cocal passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros.

A CVA trata de valores realizados, uma vez que é responsável por registrar as variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos entre os processos tarifários anuais. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

18. Eventos Subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial e financeira, ou que possam provocar efeitos sobre os resultados das operações da Entidade.

José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

Carlos Conrado Krzyzanovski
Diretor Técnico

Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/Financeiro

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2022, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 29 de abril de 2024.

Bárbara Lunardon
Presidente

Marina Pusch de Oliveira
Conselheira

Andre Schmidt Leon Bordes
Conselheiro

Bianca Moraes Coelho
Conselheira

Leandro Borges de Carvalho
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 29 de abril de 2024.

Ivo Cezario Gobbato de Carvalho
Presidente

Rosangela Leandro Pelizzari Maneti
Conselheira

José Peterson Vidal
Conselheiro

Paulo Henrique Bianco
Conselheiro

Alexandre Luis Seguro
Conselheiro

Carlos Alberto de Brito Junior
Conselheiro

Patricia Soares Rinaldin
Conselheira

Cassieli Muiniki
Conselheira

**COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA -
COCEL**

Campo Largo - PR

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 02/2024
(Demonstrações Contábeis Regulatórias de 31 de
dezembro de 2023)

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Srs.
Administradores e Acionistas da
COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
Campo Largo - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Campolarguense de Energia - COCEL a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 12 de abril de 2024.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós auditadas que emitimos o relatório datado de 31 de março de 2023, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba Pr, 12 de abril de 2024.

Bazzaneze Auditores Independentes S.S.:

Bazzaneze Auditores Independentes S/S

CRC-PR N° 3.942/O-6

CVM N° 519/3

Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI N° 5344

Karini Letícia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR N° 051096/O-0
CNAI N° 6254